

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA OFICIAL NO BRASIL:

ERA VARGAS E DITADURA MILITAR.

Ronaldo Sávio Paes Alves UFF (Responsável)

Nara Maria Carlos de Santana – PPG - UFF

Adriana Hassin Silva – UFRJ

Eduardo Antônio Lucas Parga – PPG - UERJ

O presente estudo pretende comparar duas áreas distintas de pesquisa – o Estado Novo varguista ocorrido de 1937 à 1945, e a Ditadura Militar ocorrida entre 1964 e 1985 – que apesar de estarem separadas por quase 20 anos, são processos que encontram-se permeados de similitudes e contraposições. Estes são eventos que, para alguns segmentos sociais, bem como para alguns historiadores, são contínuos e complementares. Porém, as contraposições existem efetivamente no *modus operandi* de ambos os casos, e mesmo nem sempre tão claras e bem definidas, às vezes muito sutis, marcaram expressivamente estes dois eventos. Em essência, os dois eventos são parecidos, e as diferenças, como dissemos são muito sutis na maioria dos casos.

O Perfil dos Estados Autoritários

O que nos chama atenção de imediato nestes processos é o seu caráter de mudança e de transformação, que nem sempre se dá em grande escala, no que diz respeito aos agentes que ocupavam e aos que passaram a ocupar o poder central.

Os militares ligados a Escola Superior de Guerra em 1964 viam em João Goulart e em suas Reformas de Base uma concreta ameaça comunista. A *justificativa legitimadora* era a de livrar o país da ameaça comunista, inserida num contexto tido à época como de fragilidade no poder central, ou ainda de uma tendência deste a posturas comunistas.

Com o golpe desfechado em 1964, entram em cena novos atores que irão representar o conservadorismo de direita (num primeiro momento); os interesses políticos do capitalismo norte-americano que permeavam a *Guerra Fria*, expressos no binômio *segurança e desenvolvimento* da *Doutrina de Segurança Nacional* defendida pela ESG.

Em suma, o golpe efetivado em 64 determinou profundas transformações no contexto sócio-político-econômico brasileiro, ferindo a constituição ao retirar do poder um grupo legal e democraticamente eleito, instalando uma ditadura violenta, agressora dos direitos civis dos cidadãos. O novo grupo nada tinha de democrático, embora sua *justificativa legitimadora* fosse a defesa da democracia. Perseguições e cassações se sucederam, como em qualquer regime autoritário, mas a mudança no poder central, determinou uma mudança no ritmo de funcionamento dos poderes da nação. Até porque, o grupo que ali se instalou, o fez atendendo a uma nova ordem mundial de face capitalista e anticomunista que se estabelecia no ocidente.

Assumindo um governo ditatorial em novembro de 1937, Getúlio Vargas acabou por confirmar uma centralização que já vinha se desenhando desde o movimento de 1930. Vargas realizou o que costumamos chamar de um *auto golpe*, ou seja, determinou o fechamento das instituições políticas, permanecendo no poder por oito anos, numa ditadura conhecida como *personalista*, atendendo certamente, antes de tudo, aos seus interesses pessoais.

Logo de imediato, detectamos que aí residem duas grandes diferenças entre os dois processos. Primeiro, o fato de Vargas ter articulado e concretizado o golpe, e ter governado sozinho, fazendo ele mesmo o *jogo político*, caracterizou sua ditadura como *personalista*, onde a figura do líder político é confundida com o próprio Estado, seguindo um modelo parecido com as ditaduras européias. Na ditadura fascista italiana com Benito Mussolini e a nazista alemã com Adolf Hitler, apesar da existência de um partido, também concentrou a idéia do poder nas mãos destes líderes.

A Segunda diferença diz respeito ao caráter de transformação na cúpula do poder central, que, ao contrário do movimento de 64, em 37, não aconteceu. Vargas se manteve no cargo, através do fechamento do Congresso Nacional. O mais curioso neste aspecto, é que a *justificativa legitimadora* de 37 se parece muito com a de 64: a defesa da democracia, e o combate à ameaça comunista. Não podemos nos esquecer que no governo de 1937, a efetivação do projeto nacionalista era o objetivo a ser alcançado. A ameaça se traduzia na

intensa atividade do Partido Comunista Brasileiro e nas suas tentativas revolucionárias, mais não só nelas. Tudo e todos que de alguma maneira diminuíssem o poder do Estado ou representasse uma ameaça a este foi reprimido. Exemplo disso, foram os integralistas que durante um bom período foram parceiros políticos de Getúlio, mas no momento do golpe também ficaram a margem do “Projeto Nacional”.

É possível perceber em Vargas seu projeto pessoal de poder político, e sua crença de que somente um governo de pulso forte conduziria o Brasil a efetivação do Projeto Nacional, através da valorização do povo brasileiro e do trabalho, retirando do país a ameaça do comunismo e de todas as ideologias consideradas “alienígenas”. Ocorre que, se as instituições políticas estavam em perigo, a fragilidade era do poder central que então não conseguiria enfrentá-lo e para isso uma ditadura se fez necessária. A falácia da descoberta do *Plano Cohen* legitima o golpe, e esconde as reais fragilidades do *Governo Constitucional* de Vargas, e o seu iminente desgaste, diante da possibilidade de fracasso eleitoral no ano seguinte. Com a implacável perseguição às principais lideranças comunistas (como à Luís Carlos Prestes, preso desde o ano de 36), e o combate ao levantes ocorridos, Vargas não demonstrava perda de controle sobre este tipo de situação. Mas a *ameaça* calava fundo na alma da fatia conservadora da sociedade brasileira, e nada mais *legitimador* que o discurso anticomunista e de manutenção da liberdade e da democracia para a concretização de um ideal de nação moderna.

Podemos então perceber que o Estado Novo foi uma ditadura de caráter personalista, que defendeu a manutenção da liberdade e da democracia, com ordem, ao mesmo tempo em que seguia um mesmo modelo autoritário com algumas características dos regimes europeus, o que era uma enorme contradição.

A Imagem e a Propaganda Legitimadora

A forma de encarar e proceder o seu esforço de legitimação junto à sociedade têm faces diferentes, quando confrontamos os dois momentos ditatoriais. Normalmente um Estado Autoritário se impõe pela força, e pela força e pelo medo se sustenta. Mas existem outras alternativas de suporte. Na sua tentativa de se legitimar, o Estado autoritário pode

também se utilizar da *violência simbólica*, na tentativa de formar um consenso junto a sociedade. Chamamos de violência simbólica a iniciativa do Estado em estabelecer uma dominação ideológica, cultural e comportamental da sociedade. Para tanto, junto à propaganda, torna-se indispensável o controle da formação educacional da sociedade.

A propaganda oficial produzida pela AERP, em sua incessante busca de formar um consenso em torno da legitimação do regime vigente, usou basicamente o *binômio Segurança/Desenvolvimento* como escopo de suas campanhas. A propaganda ideológica tentou então *vender* para a população brasileira a idéia de que ela era coadjuvante de um grande processo de desenvolvimento. A idéia era penetrar no imaginário popular e causar uma alteração de comportamento, características básicas da propaganda, como vimos, principalmente a propaganda ideológica.

Na maioria dos casos, a propaganda ideológica assume uma característica que certamente é uma de suas principais: a subjetividade. Assim, nem sempre é muito fácil perceber que se trata de dominação ideológica, e que há pessoas ou grupos tentando convencer outras a se comportarem de determinada maneira. As idéias difundidas nem sempre deixam transparecer sua origem, nem os objetivos a que se destinam. Por trás delas, porém, sempre existem certos grupos que precisam do apoio e participação de outros para a realização de seus intentos, e com este objetivo, procuram persuadi-los a agir numa certa direção. E eles conseguem, muitas vezes, controlar todos os meios de comunicação, manipulando o conteúdo das mensagens, deixando passar algumas informações e censurando outras, de tal forma que só é possível ver e ouvir aquilo que lhes interessa. Visto dessa forma, a censura é também um outro componente importante na dominação ideológica.

É neste aspecto de subjetividade que o trabalho do DIP e o da AERP se confrontam. Veremos a seguir que a AERP cuidou de fazer campanhas exatamente desta forma, usando da sutileza e da subjetividade para alcançar seus objetivos, enquanto o DIP, de forma

inversa trabalhava com o princípio de afirmação da figura de Vargas, como centralizador e realizador de tudo o que fosse necessário para o país.

Criado em 1939, o *Departamento de Imprensa e Propaganda*, inicialmente sob a direção do jornalista Lourival Fontes, foi um dos pilares de sustentação do Estado Novo. Tinha duas atribuições: propaganda e censura. Sua Cartilha interna definia perfeitamente suas atribuições, quais sejam:

*...centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa (...) fazer a censura do teatro, do cinema, funções recreativas e esportivas (...) da radiodifusão, da literatura (...) e da imprensa(...) promover, organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas ou exposições demonstrativas das atividades do Governo.*¹

O DIP fazia uma propaganda extremamente personalista. Totalmente centralizada na figura de Vargas. Getúlio Vargas era apresentado como o *Pai dos Pobres*, aquele que estava conduzindo o Brasil ao desenvolvimento, à prosperidade e à paz. Mas ele fazia isso sozinho, e ao povo caberia apenas a confiança do seu destino ao ditador. Ao contrário do DIP, a AERP não centralizou suas campanhas na pessoa do presidente da república. Na verdade, orientou seu trabalho no sentido de buscar a participação popular ao projeto implementado pelos militares. Sua ação para com a imagem do Presidente Médici não era a de *pai protetor*, que faria tudo sozinho pelo povo, apesar de ter buscado incessantemente sua popularização. Médici não foi apresentado como um super-herói. Ao contrário, as campanhas visavam um comprometimento popular, onde o povo teria uma figura tão destacada quanto a do presidente. Longe do estereótipo apresentado pelo DIP, não havia em torno de Médici a mística que foi criada em torno de Vargas.

A AERP, ao contrário do DIP, não fazia parte do aparato de censura. Como vimos acima, o DIP tinha formalmente em suas diretrizes a tarefa de estabelecer a censura nos meios de comunicação. A AERP cuidava apenas da propaganda. Isto fez dela um organismo discreto e eficiente. Já o DIP tornou-se famoso e absolutamente temido. Principalmente por aqueles que buscavam fazer do meio artístico ou da imprensa canais de resistência e oposição ao Estado Novo. O DIP fazia parte do aparato de informações e

repressão do governo Vargas. Enquanto no governo Médici, esta tarefa estava a cargo do SNI (*Serviço Nacional de Informações*).

O DIP ainda se caracterizou pelas programações cívicas, marcadas com grandes comícios, com marchas e desfiles; utilização de cartazes, estandartes e galhardetes; grandes concentrações de massa, onde a figura central era o presidente Vargas. Isto mostra a aproximação do modelo de dominação ideológica de Vargas, com o modelo nazi-fascista de Hitler e Mussolini. A AERP contrasta exatamente no seu modelo de propaganda, como já pudemos discutir. Era preciso, diga-se de passagem, desvincular a face ditatorial do regime militar, do totalitarismo dos regimes nazi-fascistas.

Verificamos então que, por caminhos diferentes o Estado Novo (através do DIP), e a Ditadura Militar (particularizando o trabalho da AERP) buscaram o apoio popular com vistas a legitimação dos seus regimes. As intenções eram as mesmas, mas o modo como as ações se processaram foi diferente. Porém não podemos nos esquivar da constatação de que ambos organismos, ao menos em um determinado espaço de tempo obtiveram sucesso em suas atividades, e os respectivos regimes encontraram uma certa legitimidade junto à sociedade.

O Modelo Econômico

Getúlio Vargas, ao longo do Estado Novo praticou um fervoroso nacionalismo. Isto se refletiu diretamente na economia, com uma política de criação de empresas estatais de grande porte, garantindo uma forte presença do Estado no setor produtivo.

Fazia parte da política estadonovista manter factível para a grande massa de trabalhadores, que havia por parte do governo a permanente preocupação tanto com o desenvolvimento da nação, como com o bem estar da população. Para tanto, deu continuidade às profundas transformações iniciadas ainda no *Governo Provisório* (1930 – 1934). Entre outras medidas, criou o *salário mínimo* (1938); regulamentou a *Justiça do Trabalho* (1941); criação da *Consolidação das Leis Trabalhistas* (1944). Fez parte de seu

discurso também a geração de empregos, tendo em vista os investimentos do governo na produção, principalmente com a criação de grandes empresas.

Como já observamos o discurso nacionalista de Vargas se refletiu diretamente na economia. A linha adotada por ele foi a de manter forte a presença do Estado no setor produtivo. Assim, o governo criou em 1938 o *Conselho Nacional do Petróleo (CNP)*, fundou em 1941 a *Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)*, em 1942 a *Fabrica Nacional de Motores (FNM)* e a *Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)*; e também a *Cia. Hidrelétrica do São Francisco (CHESF)*.

A economia da ditadura Militar sofreu profundas variações ao longo do período. Basicamente foram três as etapas. Num primeiro momento houve o que conhecemos com *recessão calculada*. No período de 1964 à 1969 (Castello Branco à Costa e Silva) houve um gigantesco arrocho salarial e um rigoroso controle de preços. Desta forma o governo, contando também com a entrada de capitais via empresas multinacionais, e com um aumento da arrecadação tributária, preparava a economia para o momento seguinte.

Durante os anos de 1969 à 1974 (Médici), o Brasil viveu a euforia econômica do frágil, porém decantado como forte e definitivo, *Milagre Econômico Brasileiro*. O Milagre controlou a inflação, estabilizou a moeda e tornou mais eficiente a arrecadação de impostos. Aumentou a produção industrial, o volume das vendas e a geração de empregos. Proporcionou captação de divisas, construiu casas, pontes, usinas e estradas. O Milagre, utilizado como instrumento de propaganda na busca de legitimação do regime, deveria fazer o povo acreditar que estava bem, não percebendo a defasagem dos seus salários. Mas o Milagre aumentou assustadoramente a dívida externaⁱⁱ e a dívida interna. Aumentou as desigualdades sociais, fazendo dos ricos cada vez mais ricos, e dos pobres cada vez mais pobres.

A crise de fins do Estado Novo é uma crise mundial pós-guerra. Previsível, tendo em vista a magnitude do conflito. No caso da Ditadura Militar, ela é antes de tudo, o resultado de um projeto ambicioso, excludente, arriscado e também por isso, irresponsável.

Conclusão

Em tese, estas foram as mais significativas contraposições que percebemos nos dois eventos estudados. É claro que não pretendemos esgotar uma discussão tão intensa e complexa neste breve artigo. Por serem regimes de ditadura, observamos em primeiro lugar os mecanismos de repressão e controle; por serem num país onde as instituições possuem ainda hoje, uma certa fragilidade, percebemos a repetição do discurso moralizador e modernizador da sociedade e da economia; a utilização do conceito de democracia como justificador da implementação de uma ditadura; o esforço em conduzir um determinado projeto de nação baseado na idéia da centralização política e da força, principalmente no que diz respeito a brutalidade da repressão. Em ambos os casos, encontramos momentos de picos repressivos, e momentos mais brandos. Não podemos nos esquecer que através da utilização de um aparato de comunicação, estes regimes conseguiram atingir um grau de legitimidade popular, considerando as peculiaridades de cada período.

No caso da Ditadura Militar, podemos perceber que durante um breve período, este evento legou a uma significativa parcela da sociedade brasileira um forte apelo patriótico, e um sentimento ufanista de nação. Não obstante, sofreu a população. Sofreram os trabalhadores. Foram momentos de dor e terror, onde no submundo dos cárceres e mesmo nas ruas, houve prisões, torturas, mortes, perseguições. Mesmo com toda a magnanimidade do Milagre Econômico, aumentaram a inflação, o desemprego, a fome, o êxodo rural e o desrespeito à pessoa humana. A fortíssima concentração de rendas elevou de forma absurda a clivagem social, alargando cada vez mais a distância entre os que lucraram, e os que deveriam justamente, se beneficiar. Mas como pudemos observar ao longo deste estudo, estes são elementos presentes em qualquer Estado Autoritário.

Notas:

ⁱ GOULART, Silvana. *Sob a Verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo. Marco Zero 1990

ⁱ A corrida desenfreada por captação de divisas fez crescer a dívida externa de US\$ 3,9 bilhões em 1968, para US\$ 12,5 bilhões em 1973.